

Relatório de Gestão

I - INTRODUÇÃO

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2013.

Este Relatório tem como objetivos essenciais, para além de um enquadramento macroeconómico e um apontar dos principais desafios que se colocam a esta entidade, explicitar o nível de execução dos documentos previsionais, analisar a situação económica e financeira da autarquia, avaliar a evolução do nível de endividamento de curto, médio e longo prazos e elaborar uma proposta para a aplicação do resultado líquido do exercício.

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

Em 2013 o ritmo de crescimento da economia mundial continuou moderado atingindo os 3,0% contra os 3,2% de 2012, mantém-se assim o aumento residual da atividade económica nas economias desenvolvidas fortemente condicionadas pela crise da dívida soberana na zona euro e pela diminuição da procura pública nos Estados Unidos da América (EUA) que levou a uma diminuição da taxa de crescimento de 2,8% para 1,9%. Sendo assim, o crescimento económico foi fundamentalmente impulsionado pelos mercados emergentes e países em via de desenvolvimento, que no entanto apresentam valores abaixo dos atingidos nos últimos anos pois a sua procura interna mantém-se frágil e pouco sustentável.

Apesar de ter registado crescimentos trimestrais positivos desde Abril passado, a Zona Euro deverá ter registado contração em 2013. Estima-se em torno de -0,4%. Terá ultrapassado o ponto que separa a recessão da recuperação económica. Foi perceptível uma alteração radical no sentimento dos investidores face ao risco de desagregação que assolava a região nos dois anos anteriores, e que permitiu a consideração da UEM como destino para investimentos. O Desemprego manteve no entanto a tendência de subida que já evidenciava antes e terá registado níveis recorde. A contração a nível da concessão de crédito ao sector não-financeiro ter-se-á agravado. Em novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25%, ou seja a mais baixa desde a criação do Euro. Esta medida pretende travar a queda de inflação e impulsionar a recuperação económica na zona euro.

PORTUGAL

Portugal continuou em 2013 o processo de ajustamento dos desequilíbrios estruturais acumulados ao longo de anos, tendo registado contração económica pelo terceiro ano consecutivo. Estima-se que em torno de -1,4%. Ainda assim, a evolução do ano pautou-se por uma alteração na tendência económica, após um primeiro trimestre fortemente negativo, sucederam-se nove meses em que a atividade económica foi dando sinais de recuperação. O esforço de consolidação fiscal manteve-se, visando o cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). O défice orçamental terá registado valor de 4,9% do PIB inferior à meta de 5,5%, enquanto a dívida pública deverá ter registado novo incremento ainda que inferior ao verificado no ano anterior. Deverá ter terminado o ano em torno de 129% do PIB. O Desemprego terá atingido um máximo histórico no 2º trimestre, com valores acima dos 17%, tendo invertido a tendência de degradação desde então. Terá registado uma taxa de 16,3% em 2013, o que compara com 15,7% no ano anterior. A inflação, por sua vez, seguiu tendência acentuada de queda e terá registado, em termos médios, 0,3%.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A continuação da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso continuou a colocar alguns desafios durante o ano de 2013, devido á necessidade constante de monitorização. Continuam os elevados constrangimentos orçamentais e as cada vez maiores necessidades de reporte de informação à Administração Central, que resulta de algumas imposições decorrentes do programa de assistência económica e financeira internacional, exigindo uma alocação de meios substanciais do Departamento Administrativo e Financeiro.

A impossibilidade de recurso ao crédito, obriga a que a contrapartida nacional dos projetos apoiados pelo QREN tenha de ser feita com recurso a fundos próprios, limitando assim a ação desta entidade noutros domínios, nomeadamente na área social e de educação, onde as solicitações são cada vez mais exigentes em termos de recursos financeiros.

A necessidade de redução dos recursos humanos e a dificuldade de motivação dos colaboradores numa situação em que a possibilidade de progressão e compensação dos mais empenhados está muito condicionada e os rendimentos para uma grande maioria dos colaboradores sofreram reduções consideráveis, constitui um desafio para a gestão dos recursos humanos.

II - EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Durante o ano de 2013 registou-se um grau de execução da despesa de 84,2% sendo que em 2012 era de 71,6% e um grau de execução da receita de 84,2% enquanto em 2012 era de 71,7%. As despesas correntes tiveram um nível de execução de 87,6% enquanto o das de capital foi de 75,1%, isto apesar de ao nível da receita se ter verificado uma execução de 50,6% nas receitas de capital e de 97,6% nas receitas correntes, o que significa um cada vez maior fatia de receita corrente a financiar despesa de capital. Todos os dados apontam para um aumento significativo do grau de execução das despesas e da receita relativamente ao ano anterior e são reflexo do cuidado posto na elaboração dos documentos previsionais.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos aumentou de 53,7% para os 66,1% durante este ano e poderia ter um valor superior se diversos pedidos de pagamentos ao QREN tivessem sido transferidos atempadamente para esta entidade, nomeadamente os valores respeitantes a obras concluídas em que existe demasiada morosidade no processo de liquidação do valor respeitante aos últimos 5% do valor de cada candidatura, alguns dos quais já se encontravam nesta situação em 2012.

INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL

RÁCIOS SOBRE O GRAU DE COBERTURA DAS DESPESAS

Receitas correntes – Despesas Correntes 1.593.377,58 € em 2012;

Receitas correntes – Despesas Correntes 2.769.494,67 € em 2013;

A poupança corrente amentou 1.176.117,09 €

| Designação | Fórmula de Cálculo | 2012 | 2013 |
|--|--|---------|--------|
| Cobertura das despesas pelas receitas | $\frac{\text{Receita Total}}{\text{Despesa Total}}$ | 100,22% | 99,99% |
| Cobertura das despesas sem recurso a empréstimos | $\frac{\text{Receita Total – Passivos Financeiros}}{\text{Despesa Total}}$ | 99,31% | 98,84% |
| Cobertura das despesas sem recurso a financiamento ou empréstimos de terceiros | $\frac{\text{Receita Interna}}{\text{Despesa Total}}$ | 34,01% | 41,21% |

| | | | |
|--|---|---------|---------|
| Cobertura da despesa total por receitas controladas pela autarquia | <u>Receitas Próprias</u> Despesa Total | 19,13% | 23,07% |
| Peso do pessoal nas despesas correntes | <u>Pessoal</u> Despesas Correntes | 51,29% | 53,20% |
| Peso das despesas correntes nas receitas correntes | <u>Despesas Correntes</u> Receitas Correntes | 92,16% | 87,16% |
| Peso das despesas de capital nas receitas de capital | <u>Despesas de Capital</u> Receitas de Capital | 117,56% | 187,08% |
| Peso da despesa total na receita total | <u>Despesa Total</u> Receita Total | 99,78% | 100,01% |
| Grau de cobertura das despesas com pessoal pelos fundos autárquicos correntes | <u>Fundos Autárquicos Correntes</u> Pessoal | 63,01% | 75,66% |
| Grau de cobertura das despesas com aquisição de bens/serviços pelos fundos autárquicos correntes | <u>Fundos Autárquicos Correntes</u> Aquisição de Bens e Serviços | 93,52% | 111,29% |
| Grau de cobertura do investimento pelos fundos autárquicos de capital | <u>Fundos Autárquicos de Capital</u> Investimento | 35,68% | 40,85% |

Conforme se pode verificar pela análise da tabela anterior o nível de cobertura das despesas em 2013 foi idêntico ao de 2012 mas convém salientar que o nível de execução das receitas e despesas foi bastante superior ao do ano anterior.

A cobertura das despesas pelas receitas internas e receitas próprias apresenta valores bastante superiores aos do ano anterior que por sua vez já eram superiores aos de 2011, o que revela uma maior capacidade de gerar receitas próprias, indiciando uma boa capacidade de financiamento interno desta entidade e portanto um satisfatório grau de independência.

O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes aumentou ligeiramente em relação ao ano anterior, em resultado da reposição dos subsídios suprimidos, o que revela um esforço assinalável de contenção e gestão adequada que levou a uma diminuição de todas as outras despesas correntes.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DA DESPESA

A estrutura da despesa e da receita alterou-se de 2012 para 2013 com uma diminuição considerável do peso da receita de capital no total da receita. No que diz respeito às receitas correntes os impostos diretos mantiveram o seu peso em 21% do

73

total destas. Os impostos indiretos e as taxas mantiveram também a sua importância relativamente ao ano anterior. As transferências correntes representaram 53%, valor ligeiramente superior ao do ano anterior. As vendas de bens e prestações de serviços representaram cerca de 20%. Consta-se ainda assim que houve um aumento da capacidade de financiamento por receitas próprias e controladas pelo município. Na estrutura das receitas de capital verificou-se que a importância dos empréstimos continuou diminuta, o que resultou do facto de em 2013 não existir nenhum empréstimo contratado e relativamente aos outros não existirem saldos significativos de valores a libertar. Nas despesas correntes a estrutura manteve-se praticamente inalterada. Nas despesas de capital, o peso do investimento diminuiu para 62%, resultado do facto de a execução de obras participadas na área da educação, saneamento e rede viária ter sido terminada em grande parte em 2012.

RÁCIOS SOBRE O GRAU DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

| Designação | Fórmula de Cálculo | 2012 | 2013 |
|--|---|--------|--------|
| Peso dos fundos autárquicos de capital no investimento autárquico | $\frac{\text{Fundos Autárquicos de Capital}}{\text{Investimento}}$ | 34,58% | 40,85% |
| Peso das receitas de transferências comunitárias de capital no investimento autárquico | $\frac{\text{Transfer. de Capital do Exterior}}{\text{Investimento}}$ | 61,18% | 34,09% |
| Peso dos empréstimos no investimento autárquico | $\frac{\text{Empréstimos}}{\text{Investimento}}$ | 3,04% | 7,67% |
| Peso do investimento na receita total | $\frac{\text{Investimento}}{\text{Receita Total}}$ | 30,14% | 14,96% |

Pode-se verificar que existiu um aumento do peso dos fundos autárquicos e uma diminuição das transferências de capital do exterior, tal resulta do facto de, apesar de a maior parte das obras executadas serem objeto de financiamentos comunitários, a contrapartida nacional estar a ser financiada por fundos próprios. O peso do investimento na receita total que tinha aumentado significativamente no ano anterior diminuiu face à conclusão das obras em questão.

III - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

No que diz respeito à situação económico-financeira deste exercício, comparada com o ano anterior, regista-se uma diminuição dos rácios de rentabilidade que resulta essencialmente da diminuição do resultado líquido.

ECONÓMICO - RESULTADOS

RÁCIOS DE RENDIBILIDADE

| Designação | Fórmula de Cálculo | 2012 | 2013 |
|--|---|-------|-------|
| Rendibilidade dos fundos próprios | $\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Fundos Próprios}}$ | 4,54% | 1,36% |
| Rendibilidade dos capitais permanentes | $\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Capitais Permanentes}}$ | 3,84% | 1,17% |
| Rendibilidade do ativo | $\frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Activo Líquido}}$ | 2,67% | 0,81% |

Os rácios de rentabilidade acima apresentam valores inferiores aos do ano anterior, em resultado de vários factores. Por um lado a considerável diminuição dos resultados operacionais que resulta essencialmente da necessidade de provisionar o valor de um processo judicial respeitante a uma expropriação e da diminuição muito acentuadas das transferências recebidas, por outro lado uma diminuição, ainda que mais ligeira, dos resultados extraordinários

ECONÓMICO – FINANCEIROS

RÁCIOS DE LIQUIDEZ E SOLVABILIDADE

| Designação | Fórmula de Cálculo | 2012 | 2013 |
|-------------------|---|------|------|
| Liquidez geral | $\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ | 2,77 | 2,59 |
| Liquidez reduzida | $\frac{\text{Activo Circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$ | 2,75 | 2,56 |
| Liquidez imediata | $\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$ | 0,87 | 1,05 |

| | | | |
|----------------------|---|--------|--------|
| Solvabilidade | <u>Fundos Próprios</u> <u>Fundos Alheios</u> | 1,43 | 1,49 |
| Autonomia financeira | <u>Fundos Próprios</u> Activo | 58,87% | 59,83% |

Na análise dos rácios de liquidez e solvabilidade, verifica-se que estes apresentam valores semelhantes aos do ano anterior que por sua vez eram claramente positivos, convém referenciar que a liquidez imediata apresenta um valor superior ao do ano anterior e superior a 1 o que revela capacidade de solver os compromissos de curto prazo com celeridade. Existe ainda uma estrutura de financiamento que permite o recurso a endividamento de médio e longo prazo, na medida em que a autonomia financeira atinge valores próximos dos 60%, mais elevado que no ano anterior.

IV - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

(unidade: euros)

| Prazo | Designação | 2012 | 2013 |
|----------------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Curto prazo | Dívidas de terceiros | 3.963.108,83 | 2.535.990,60 |
| | Dívidas a terceiros | 2.105.309,45 | 1.681.815,98 |
| Médio e longo Prazos | Empréstimos bancários | 11.329.054,56 | 10.364.857,66 |
| | Acordo SUMA | 1.053.477,36 | 792.964,74 |
| | Locação Financeira | 1.034.586,73 | 877.128,28 |

No que respeita à dívida de terceiros de curto prazo, esta continuou a trajetória descendente verificada no ano anterior. De referir também que houve uma diminuição do prazo médio de pagamento em 2013 que passou de 26 para 14 dias para fornecedores conta corrente e de 40 para 33 dias para fornecedores de imobilizado o que é bastante significativo. A dívida de empréstimos bancários de médio e longo prazo desceu 8,5% e resultado dos fatores já referidos anteriormente.

V - LIMITE DO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

(unidade: euros)

| Prazo | Designação | 2013 |
|---------------------------|--------------------------|---------------|
| Médio e longo Prazos | Empréstimos bancários | 10.364.857,66 |
| | Excecionados | 5.083.047,39 |
| | Empréstimos a considerar | 5.281.810,27 |
| Limite Endividamento DGAL | | 12.032.208,00 |
| Margem | | 6.750.397,73 |

VI - PESSOAL

Nos mapas a seguir apresentados pode-se verificar que esta entidade cumpre o estipulado na Lei 44/85 e também a redução do número de trabalhadores existentes em 31 de Dezembro de 2012 ($704 \cdot 2\% = 14$), prevista no artigo 65.º da LOE/2013.

| Limite às despesas com pessoal - artigo 10.º da Lei 44/85 | | |
|---|-----------------|-----------------|
| | Limite | Valor 2013 |
| Receitas Correntes no ano anterior | | 20.328.956,771€ |
| Despesas com Pessoal do Quadro | 12.197.374,66 € | 6.990.058,59 € |
| Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação | 3.049.343,67 € | 612.595,58 € |

| Redução de trabalhadores - artigo 48.º da LOE/2012 | |
|--|---|
| Total de trabalhadores a 31 Dezembro 2012 | Total de trabalhadores 31 de dezembro de 2013 |
| 704 | 653 |

VII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do exercício no valor de 1.041.944,14 € seja aplicado da seguinte forma:

52.097,21 € - 5 % do resultado líquido para reservas legais de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.3.5 do POCAL;

989.846,93 € - Resultados transitados.

VIII - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

Não se irá efetuar a consolidação de contas com a empresa municipal "Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, E.M.", porque, tendo em conta o estabelecido no ponto 5.5 da Portaria n.º 474/2010 de 1 de Julho, uma entidade pode ser excluída da consolidação quando não seja materialmente relevante para o objetivo da imagem apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo. Deve ser salientado no entanto a utilização do método de equivalência patrimonial para inclusão desta entidade no Balanço do município.

IX - FACTOS OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DAS CONTAS

Não se registou a ocorrência, entre a data de encerramento das contas e a sua apresentação para apreciação pelo órgão deliberativo, de nenhum facto que pudesse ter repercussão na informação relativa à prestação de contas.